



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário aprovou texto com modificações em projeto vindo da Câmara e por isso a proposta será reanalisada pelos deputados

Aprovada regra que endurece combate à pirataria

Proposta facilita a apreensão e dificulta o retorno dos bens falsificados ao mercado. Texto passará por turno suplementar de votação em Plenário antes de voltar à Câmara

O projeto é uma iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, ligado ao Ministério da Justiça, e visa ampliar a proteção aos direitos autorais e acelerar a punição dos responsáveis pela produção

e venda de produtos pirateados. Entre as mudanças propostas pelo texto aprovado, está a obrigatoriedade de que o juiz determine a destruição dos bens apreendidos e não apenas preveja essa possibilidade, como estabelece atualmente o Código Penal. **3**

Fies será reaberto neste ano com novas regras, diz ministro

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse que universitários poderão requerer ainda neste ano o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cujas inscrições haviam se encerrado em abril. Terão prioridade alunos que forem do Norte e do Nordeste e buscarem o financiamento para licenciatura e engenharia, por exemplo. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Debate aponta medidas para fortalecer Lei Maria da Penha **4**

Segue para sanção possibilidade de registro civil de bebê natimorto **5**

Comissão aceita indicações para embaixadas de México e Catar **7**

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Reprodução

Para senadores, rombo em fundo de pensão dos Correios é culpa da gestão

Em audiência pública, parlamentares apontaram a concentração de investimentos do Postalis em poucas instituições como

uma das causas do déficit de R\$ 5,5 bilhões. Representantes do governo reconheceram problemas na administração. **5**



Pedro Franco/Agência Senado

Funcionários dos Correios lutam contra desconto em salário para cobrir perdas

Parlamentares divergem sobre nova etapa de plano de concessões do governo

Recebeu elogios e críticas de senadores o anúncio, feito ontem pela presidente Dilma Rousseff, da segunda fase do Plano de Investimento em Logística. Com R\$ 198,4 bilhões para

investimentos em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, o governo quer estimular o uso de recursos privados em projetos de infraestrutura em médio e longo prazos. **3**

Jovem Senador



O projeto **Jovem Senador** traz 27 estudantes de todo o Brasil para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.

Secom | Publicidade e Marketing

senadogovbr/jovemsenador



Proposta de emenda à Constituição inclui a segurança pública entre as obrigações compartilhadas pela União, estados e municípios. Para o autor, Ricardo Ferraço, mudança contribuirá para aprimorar o setor

PEC da Segurança cumpre mais uma etapa no Plenário

O PLENÁRIO DO Senado fez ontem a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor da PEC 33/2014, lembra que a Constituição estabeleceu o compartilhamento de competências entre os entes da Federação para temas sensíveis como saúde e educação, mas deixou de fora a segurança pública.

Para o senador, isso cria uma situação difícil para os



Pela Constituição, setor é responsabilidade dos estados e do Distrito Federal

estados, que são responsáveis exclusivos pela área. A PEC poderia, assim, colaborar para o aprimoramento da segurança pública no país.

Ainda serão feitas mais duas sessões de discussão antes da votação em 1º turno. Em 2º turno, serão outras três sessões antes da votação final.

Requerimentos alteram tramitação de seis projetos

Requerimentos que alteram a tramitação de projetos de lei no Senado foram aprovados ontem pelo Plenário. Com isso, duas propostas voltarão para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), uma será distribuída para mais comissões e outras três passam a tramitar em conjunto.

A CAE voltará a apreciar o PLS 195/2010 e o PLC 7/2013. O PLS amplia o valor da receita bruta exigida para que

um empresário individual possa ser enquadrado como microempreendedor individual. O PLC cria um seguro obrigatório para o exercício da atividade de corretor de seguros. Ambos haviam sido aprovados pela comissão.

Já o PDS 85/2015, da Câmara dos Deputados, será distribuído para a CAE, para a Comissão de Infraestrutura (CI) e a de Constituição e Justiça (CCJ) — a única prevista

originalmente. O projeto susta artigo de uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que transfere a municípios a responsabilidade pelas instalações de iluminação pública.

Por fim, três projetos que tratam do mercado de cartões de crédito passarão a tramitar conjuntamente. São os PLSs 102/2007, 180/2013 e 537/2013. Todos passarão pela CAE.

Jucá aponta grande prejuízo do país com contrabando



Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou ontem que o Brasil precisa combater o contrabando com mais empenho. Segundo o senador, o país perde todos os anos algo em torno de R\$ 100 bilhões em arrecadação devido ao contrabando.

Jucá informou ter pedido na Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública com dirigentes da Receita Federal e da Polícia Federal para debater o assunto.

Para o parlamentar, se o governo se empenhar na vigilância das fronteiras, o país poderá arrecadar pelo menos R\$ 50 bilhões a mais anualmente.

— E vamos ficar cobrando providências para que a fronteira brasileira deixe de ser uma avenida de ingresso de produtos, de armas, de drogas, enfim, o que desestabiliza a economia, a família e a vida dos brasileiros.

Medeiros defende PEC que compensa perdas da Lei Kandir



José Medeiros (PPS-MT) afirmou ontem que irá apresentar uma proposta de emenda à Constituição destinando parte da arrecadação com o Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda para os estados e o Distrito Federal.

O objetivo, segundo o senador, é obrigar a União garantir os repasses para os estados que desde a aprovação da Lei Kandir, em 1996, perdem bilhões com a isenção das exportações e a compensação dada pela União fica aquém das perdas.

— Os estados não podem continuar a ser lesados pela União indefinidamente. A PEC que proponho, mais do que mitigar o problema, pretende equacioná-lo de forma definitiva impondo ao governo federal, por via constitucional, o mero cumprimento de suas obrigações — disse.

Cintra pede que projeto que favorece artesão seja aprovado



Douglas Cintra (PTB-PE) pediu ao Congresso que termine a votação do projeto que regulamenta a atividade do artesão. Ele informou que na próxima semana será instalada a Frente Parlamentar Mista de Defesa e Valorização do Artesanato.

— O reconhecimento profissional é indispensável para que artesãos superem a informalidade e assim tenham amplo acesso aos recursos do Sebrae e de outros órgãos destinados ao fortalecimento financeiro e organizacional do setor e à melhoria das condições de vida, trabalho e cidadania dos 10 milhões de brasileiros que nele labutam, sustentando suas famílias e movimentando mais de R\$ 60 bilhões.

O PLS 236/2009 reconhece a profissão de artesão e determina a criação de políticas públicas de apoio, crédito e aperfeiçoamento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Foi celebrada ontem na Catedral Metropolitana de Brasília missa pelo 30º dia da morte do senador Luiz Henrique, vítima de infarto em 10 de maio. Além de senadores, participaram da cerimônia familiares como a viúva Ivete Appel da Silveira e o filho Cláudio Silveira. Amanhã haverá sessão solene em Plenário e homenagem durante apresentação da Escola do Teatro Bolshoi no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília.

Bezerra destaca experiência com energia solar em Munique

Famílias alemãs que moram em apartamentos de 100 metros quadrados nos arredores de Munique e utilizam painéis fotovoltaicos (captadores e armazenadores de energia solar) conseguem reduzir a conta de energia pela metade no decorrer de um ano. Os dados chamaram a atenção de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que está naquela cidade para participar da Conferência Intersolar Europe 2015.

— No Brasil, a exemplo da Alemanha, temos que apoiar e priorizar a geração de energias limpas — disse.

Na Alemanha, calcula-se que mais de 1,5 milhão de estabelecimentos residenciais e comerciais produzem energia solar.

— No Brasil, temos pouco mais de 500 mil estabelecimentos como estes — disse o senador, que preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI/CMA Nelson Barbosa**
8h30 Audiência pública conjunta com o ministro do Planejamento debate assuntos relacionados à pasta.
- CAS Arthur Chioro**
9h O ministro da Saúde, Arthur Chioro, participa de audiência pública sobre a epidemia de dengue no país. Depois, os senadores fazem a leitura de mensagem com indicação de diretor para a Anvisa.
- CMA Serviços ambientais**
9h30 O pagamento por serviços ambientais (PSA) é tema de audiência com especialistas e representantes do Ministério do Meio Ambiente.
- CCJ Sabatina**
10h A comissão sabatina indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Após, analisa pauta com dez itens. Entre eles, a PEC 24/2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.
- CDH Relatório**
11h A comissão avalia pauta com 20 itens. Em seguida, analisa relatório de diligência e de denúncia de tortura.

- MP 675/2015 Lucro de bancos**
14h Instalação e eleição do presidente e vice da comissão responsável pela MP, que eleva para 20% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos.
- PLENÁRIO Lei da Inclusão**
14h Na pauta, substitutivo ao PLS 6/2003, que institui a Lei Brasileira da Inclusão.
- MP 670/2015 Imposto de Renda**
14h30 A comissão responsável pela MP, que altera tabela do IR, avalia relatório.
- MP 671/2015 Relatório**
14h30 A comissão examina relatório sobre a MP, que trata da gestão do futebol.
- PARLASUL Instituto**
14h30 Representação Brasileira do Parlasul avalia mensagem que submete ao Congresso aprovação do Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde.
- MP 672/2015 Salário mínimo**
15h Análise do relatório da MP, que estende a política de reajuste do salário mínimo até 2019.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**
16h Renan Calheiros preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv), em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Substitutivo do Senado, que deve retornar à Câmara após aprovação suplementar, dá mais poder ao juiz para evitar que produtos falsificados voltem ao mercado

Plenário altera regra para combater pirataria

O SENADO APROVOU ontem o projeto que altera as normas para combater crimes de violação de direito autoral, comumente chamados de pirataria. O PLC 63/2012 dá mais poder ao juiz responsável pelo processo, facilita a apreensão de bens falsificados e evita a volta de produtos piratas ao mercado.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, o ex-senador Vital do Rêgo. Ele ainda precisará passar por um turno suplementar de discussão e votação. Depois, como houve modificações no Senado, voltará para a Câmara.

O projeto é de iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), ligado ao Ministério da Justiça, e visa ampliar a proteção aos direitos autorais e acelerar a punição dos responsáveis pela produção e venda de produtos pirateados.

De acordo com o texto, quando o bem apreendido não for considerado de interesse público pela Fazenda Nacional, o juiz passa a ter o dever de determinar sua destruição e não apenas a possibilidade de tomar tal atitude, como previsto no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941).

Atualmente, apenas o autor que teve direitos lesados pode requerer a destruição do material, mas o projeto



Destruição de produtos piratas no Congresso: parecer aprovado é do ex-senador Vital do Rêgo

abre essa possibilidade à autoridade policial e ao Ministério Público.

Segundo o parecer de Vital do Rêgo, a exemplo do que já ocorre com drogas apreendidas, o projeto permite a destruição antecipada de equipamentos, instrumentos, produções ou reproduções violadoras de direitos autorais. O relator diz considerar que, feita a devida perícia, não há razão para se manter o depósito da apreensão.

Ao apresentar o substitutivo, Vital observou que o mercado de pirataria tem forte relação com o crime organizado — “quadrilhas que praticam crimes

gravíssimos como o tráfico de drogas e de pessoas para exploração sexual”.

Entre as mudanças aprovadas pelo Senado, está a previsão de que a descrição dos bens falsificados apreendidos será por lotes e não individualmente e na totalidade, conforme determina a lei hoje em vigor. Também a perícia poderá ser realizada por amostragem dos bens apreendidos. Vital do Rêgo propôs que o uso da apreensão e da perícia por lotes seja feito apenas quando se tratar de grandes quantidades de bens apreendidos.

O projeto estabelece ainda que o ter-

mo de apreensão seja assinado apenas por duas testemunhas, eliminando a possibilidade de mais assinaturas, como consta da legislação vigente.

No caso das mercadorias apreendidas, o projeto propõe que a vítima do crime seja a fiel depositária, ou seja, o indivíduo designado pela Justiça para zelar por um bem durante o processo. No Senado, o texto foi alterado para que a vítima seja a fiel depositária preferencialmente. Segundo Vital, muitas vezes essa imposição pode gerar mais custos econômicos ao titular e causar ainda mais prejuízos. O texto também proíbe que o próprio réu venha a ser o fiel depositário da apreensão.

O relator sugeriu ainda que o juiz poderá autorizar o uso dos bens apreendidos por instituições públicas de ensino e pesquisa durante o processo.

Outra mudança é a permissão da venda antecipada dos bens apreendidos, ficando o valor apurado depositado em conta judicial até que se resolva a ação penal. Se o réu for absolvido, a quantia lhe será restituída. Se for condenado, o valor da alienação irá para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Caso não seja possível determinar o autor do crime, os bens poderão ser revertidos para instituições públicas de ensino, pesquisa ou assistência social.

Nova etapa de plano de concessões do governo gera polêmica

Repercutiu em Plenário o anúncio feito ontem, pela presidente Dilma Rousseff, da segunda etapa do Plano de Investimento em Logística (PIL). Oito senadores subiram à tribuna para discursar sobre o PIL, que

abre uma nova rodada de aproximadamente 150 concessões. São R\$ 198,4 bilhões para investimentos em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. O governo quer estimular o uso de instrumentos financeiros para

canalizar recursos privados em projetos em médio e longo prazos. Segundo o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o programa terá impacto positivo de 0,25 ponto percentual no produto interno bruto (PIB).

Viana diz que programa leva à retomada do crescimento

Para Jorge Viana (PT-AC), o PIL fará com que o país retome o crescimento, melhorando o escoamento da produção brasileira e criando uma agenda positiva para enfrentar a crise econômica.

— Essa é a agenda que nós esperamos debater no Brasil: que aconteçam no país investimentos nas cinco regiões.

O senador aproveitou para cumprimentar José Graziano da Silva pela reeleição para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro vê a “repetição de um espetáculo conhecido”

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o anúncio de novos investimentos em infraestrutura é a “repetição de um espetáculo conhecido”. Segundo ele, em 2012 o governo também anunciou bilhões de reais para infraestrutura e logística, mas pouco foi executado. Alvaro acrescentou que, para que o país consiga recuperar infraestrutura e logística, seriam necessários investimentos anuais da ordem de 3% do PIB. Mas o governo Dilma não consegue chegar a 0,5% do PIB, criticou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto lista melhorias em aeroportos, portos e estradas

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), elogiou a nova etapa do PIL. Ele informou que serão concedidos quatro aeroportos de capitais e sete regionais, além de investimentos em portos. O senador acrescentou que o plano rodoviário já prevê cinco leilões este ano, com a concessão de 2,6 mil quilômetros de rodovias em sete estados. Outros 11 leilões devem ocorrer e as empresas concessionárias poderão cobrar pedágio, mas deverão promover a melhoria das estradas, disse Humberto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Caiado, medida é um “grande plano de privatização”

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que o PIL nada mais é que um grande plano de privatização, semelhante ao adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e que foi tão criticado pelos governos do PT.

— A pergunta que fica: será que já esquecemos do trem-bala? Será que não assistimos aí à presidente fazer todo aquele alarde com o PAC 1, PAC 2, e o que foi que realmente ocorreu durante todo esse período? Obras inacabadas, outras nem foram iniciadas



Moreira Matiz/Agência Senado

Raupp destaca atratividade para investidores privados

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a iniciativa da presidente Dilma traz uma formatação mais realista, com regras mais flexíveis e atrativas aos investidores privados. Entre as obras, ele destacou a Ferrovia Transoceânica, ligando o litoral norte do Rio de Janeiro ao Peru, passando por seis estados brasileiros, três na Amazônia Legal. O senador comemorou a visita de uma comitiva formada pelo embaixador e por mais de 20 empresários chineses interessados em investir na região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Hélio José convoca senadores a debaterem a novidade

Hélio José (PSD-DF), que é presidente da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura, elogiou o PIL e convocou todos os senadores para debaterem o plano.

— Esse programa pode fazer a redenção do Brasil na área de infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroportuária e dos portos. Quero conchamar a todos para debatermos esse plano porque a presidente Dilma dá um salto para podermos chegar a uma situação em que o Brasil possa escoar a safra e atender a população da forma mais adequada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Donizeti responde a críticas feitas por senadores da oposição

Donizeti Nogueira (PT-TO) disse que o PIL é um conjunto de obras de infraestrutura que prepara o Brasil para o futuro. Ele lamentou as críticas de senadores da oposição, que afirmaram que o programa vai gerar frustração nos brasileiros. Para o senador, a oposição é que ficará frustrada. Ele disse que muitos setores da sociedade não toleram o fato de os governos do PT terem trabalhado pela diminuição das desigualdades sociais, promovendo a inclusão de milhões de pobres.



Moreira Matiz/Agência Senado

Rose afirma que investimentos significam mais empregos

Rose de Freitas (PMDB-ES) considerou a iniciativa do governo corajosa e se disse cheia de esperança, afirmando que o PIL cobre obras essenciais para solucionar problemas estruturais do país.

— O Brasil foi contido pelos desajustes na economia, mas não está parado. Espero que todos os projetos saiam do papel. Temos que superar a crise com alguns remédios amargos, mas acredito que esses investimentos significam mais emprego e precisamos falar essa linguagem — afirmou a senadora.



Moreira Matiz/Agência Senado

Em audiência da CPI Mista da Violência contra a Mulher, especialistas apontaram a atuação integrada de órgãos do setor e mais orçamento e capacitação como medidas necessárias à redução da violência

Eficiência da Lei Maria da Penha tem desafios a vencer

O COMBATE À violência contra a mulher não deve acontecer com a ação de órgãos e indivíduos isolados, mas sim de maneira intersetorial. A afirmação foi feita por debatedores na audiência pública realizada ontem pela CPI Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Além de atuação integrada, os especialistas apontaram outros desafios a serem vencidos para maior eficiência no enfrentamento à violência contra a mulher. Maior orçamento no âmbito da União, estados e municípios; aprovação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e capacitação e formação continuadas de profissionais do setor foram medidas consideradas essenciais para o cumprimento da Lei Maria da Penha pela representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência (SPM), Aparecida Gonçalves.

— Precisamos começar, no Brasil, a pensar que serviços especializados têm que ter concursos especializados. No sistema de Justiça e na segurança pública, tem que ser colocado o elemento prioritário de que você tem que ter o mínimo de afinidade com o tema — disse.

O procurador regional federal Thiago Pierobom de Ávila, que coordena o Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apontou quatro propostas legislativas a serem adotadas para a efetiva implantação da Lei



Na audiência, debatedores defenderam ainda mais Casas da Mulher Brasileira

Maria da Penha: criminalizar a desobediência à ordem de medida protetiva de urgência, aperfeiçoar o sistema em relação à conduta de *stalking* (perseguição persistente), adotar mecanismos para simplificar o processo judiciário e criar um tipo penal para quem discrimina mulheres.

— Nós não temos um crime de discriminação pelo fato de ser mulher. Recentemente, pela Lei do Feminicídio, criou-se um agravante ao homicídio quando o crime é praticado em razão do sexo feminino, mas isso é específico para homicídio. Outras formas de discriminação ficam sem adequação típica — explicou.

Medidas protetivas

A chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Ana Cristina Santiago, frisou a importância de que as medidas protetivas sejam deferidas já na delegacia e que os delegados possam, mediante despacho, deixar de arbitrar

fiança ao agressor.

Aparecida Gonçalves falou sobre a Casa da Mulher Brasileira, programa federal destinado a atender a mulher vítima de agressão de forma integral e humanizada, reunindo todos os serviços em um só espaço.

— Quero aqui construir esse casamento entre a Casa da Mulher Brasileira e a Lei Maria da Penha. Não tem como você discutir separadamente essas duas coisas porque dentro da casa estão os serviços que a Lei Maria da Penha institui, então é um espaço de cumprimento da legislação brasileira — argumentou.

A titular da SPM explicou que, além das duas já existentes, em Brasília e Campo Grande, outras seis Casas da Mulher Brasileira estão em andamento: em Boa Vista, Curitiba, Fortaleza, São Luís, São Paulo e Salvador. Aparecida citou o excesso de burocracia como um dos empecilhos para que essas construções sejam realizadas nos demais estados.

Collor cita denúncias contra irmão de Rodrigo Janot

Fernando Collor (PTB-AL) destacou fatos que, para ele, mostram a “face oculta” do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O senador citou crimes atribuídos pela Justiça belga a um irmão do procurador, Rogério Janot, que morreu em 2010. Segundo Collor, Rogério fugiu da Bélgica nos anos 90 por não ter pago impostos de uma empresa. Ele também teria cometido fraudes.

O senador questionou se Rodrigo Janot sabia dos crimes e se ajudou o irmão para evitar que fosse preso. Collor fez outros questionamentos sobre irregularidades que estariam sendo praticadas por Janot.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Amorim destaca 50ª edição da Festa do Caminhoneiro em SE

Eduardo Amorim (PSC-SE) saudou os habitantes de Itabaiana, em Sergipe, pela 50ª Festa do Caminhoneiro, realizada entre 6 e 13 de junho. O evento ocorre desde 1965 na cidade, conhecida como Capital Nacional do Caminhão.

O senador afirmou que os caminhoneiros são responsáveis por mais de 60% do transporte de carga no Brasil, mas enfrentam problemas como rodovias mal conservadas, altos preços de combustível, jornada de trabalho exaustiva e problemas com financiamentos:

— É especial essa categoria profissional, pela qual tenho admiração e respeito — disse.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paim relata repúdio à terceirização em audiência em SC

Paulo Paim (PT-RS) registrou o posicionamento dos convidados de audiência promovida na segunda-feira, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para discutir o projeto de lei da terceirização. Todos foram contrários ao projeto e a favor do fim do fator previdenciário, disse o senador. Ele informou que, da audiência, saiu a *Carta de Santa Catarina*, que repudia o projeto de terceirização como foi aprovado pelos deputados.

Paim lembrou que a CDH vai fazer audiências em outros estados sobre o tema. A próxima será em Curitiba, no dia 19.



Moreira Mariz/Agência Senado

Gurgacz comemora interesse da China em obra de ferrovia

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o interesse do governo chinês e de empresários do país em participarem da concessão para construção da chamada Ferrovia Transcontinental. O senador relatou que o embaixador da China no Brasil, Li Jinchang, e 23 empresários estão conhecendo o futuro traçado da ferrovia, que começa no Rio de Janeiro, passa por nove estados brasileiros e chega ao Oceano Pacífico pelo Peru.

— Precisamos construir a infraestrutura necessária para tornar nossos produtos competitivos no mercado internacional. Esse é nosso principal interesse na parceria.



Moreira Mariz/Agência Senado

Valadares apoia pleito de prefeitos por mais recursos

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou apoio aos prefeitos que vieram a Brasília em maio. Ele frisou a necessidade de reavaliação do pacto federativo para aprimorar o repasse de recursos aos municípios. O senador apresentou proposta que permite às federações municipais ingressarem com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal.

— Um novo arranjo federativo se impõe. A União deve aprimorar o sistema de repasses e retenções fiscais sob pena de comprometer o funcionamento pleno dos demais entes federados — afirmou.



Moreira Mariz/Agência Senado

Senadores criticam alusão a Jesus em parada gay

Em reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ontem, os senadores Hélio José (PSD-DF), José Medeiros (PPS-MT), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cristovam Buarque (PDT-DF) condenaram o uso de símbolos religiosos na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, no domingo.

— O direito das pessoas à liberdade de escolha não pode partir para a agressão a símbolos religiosos, agressão a entidades, agressão a preceitos de igrejas — lamentou Hélio José.

Ao comentar episódios como o desfile de uma transexual que simulava ser Jesus crucificado, Medeiros disse considerar as manifestações “coisa de baderneiros” e que não revelam a posição dos que apoiam o movimento.

— O presidente do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual do Estado de Mato Grosso, Valdomiro Arruda, que esteve na marcha, protestou e se mostrou contrário

àquele tipo de comportamento — comentou.

Também Cristovam disse não acreditar que o conjunto dos que integram o movimento LGBT apoie atos de intolerância religiosa.

— Intolerância não é só proibir a pessoa da prática de uma religião, é ofender também. Só que a gente não pode, em função disso, dizer que todos os que estavam naquela marcha, de que todos os gays, os homoafetivos, são responsáveis por aquele gesto — ressaltou Cristovam.

Para o senador, não é com desrespeito a crenças religiosas que o movimento vai conquistar o fim do preconceito.

Condenando fanatismos e guerras e perseguições cometidas em nome da religião, como na época da Inquisição, Crivella pediu respeito para evitar retrocessos.

— Nós somos uma civilização ocidental cristã e que precisa aprender a tolerância. São coisas que nós não podemos permitir que voltem.

Para Telmário, uso de símbolos religiosos é afronta à maioria

Telmário Mota (PDT-RR) considerou “uma blasfêmia e uma afronta à maioria absoluta do povo brasileiro que professa a fé cristã” a postura de participantes da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Ele citou especificamente os manifestantes que usaram cruzeiros como tapa-sexo e o que desfilou preso a uma cruz. Na avaliação do senador, eles ultrapassaram os limites da tolerância e



Waldemir Borreto/Agência Senado

agrediram de forma violenta a ordem moral e jurídica do país. Por isso, pediu providências às autoridades federais e do estado de São Paulo, por entender que a atitude dos manifestantes feriu a lei e ofendeu os brasileiros.

— Houve atentado ao pudor, atentado a uma crença. Não se conquista direitos ferindo os dos demais. É preciso respeitar os limites.

Senadores veem má gestão no fundo Postalís

Concentração da carteira de investimentos em grandes instituições está entre as críticas ao fundo de pensão dos Correios; funcionária contesta dados apresentados

CRÍTICAS À GESTÃO do Postalís, fundo de pensão dos funcionários dos Correios, marcaram a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O encontro, coordenado pelo presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), discutiu as razões do déficit de R\$ 5,5 bilhões.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) lamentou o interesse de políticos em influenciar na direção dos fundos de pensão por ver aí oportunidade de “roubos avassaladores”. O senador disse estranhar a concentração da carteira de investimentos do Postalís em poucas instituições, como o banco BNY Mellon.

— No BVA houve um investimento de R\$ 135 milhões, e apenas R\$ 55 milhões foram resgatados. O Cruzeiro do Sul e o Oboé quebraram. Outros R\$ 55 milhões [foram aplicados]

no TrendBank e R\$ 127 milhões na EBX, também perda total — afirmou.

Caiado também criticou investimento de R\$ 370 milhões em títulos da dívida externa argentina, que teriam causado prejuízo de 51%, e na Universidade Gama Filho, que já estaria “descredenciada pelo MEC”. Ele questionou o fato de o fundo não ter sofrido intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao agir dessa forma, a Previc igualou-se à direção do Postalís e ao governo na responsabilidade pelo rombo. Ele considera uma injustiça que o ônus seja pago pelos funcionários da ECT, aos quais o conselho deliberativo do fundo de pensão impôs uma contribuição extraordinária, correspondente a 25,98% dos vencimentos dos trabalhadores. O senador também



Na audiência presidida por Otto Alencar (D), Flexa Ribeiro criticou escolhas para investimentos e taxa imposta a funcionários

questionou a concentração da carteira de investimentos da entidade no BNY Mellon, observando que os recursos se destinaram à aquisição de títulos da dívida argentina e da empresa venezuelana PDVSA.

José Medeiros (PPS-MT) defendeu a aprovação de

projeto de autoria dele para que os diretores dos fundos de pensão passem por sabatina no Senado.

Em resposta aos senadores, a chefe de gabinete do presidente do Postalís, Maria Auxiliadora Alves, afirmou que o BNY Mellon é um dos

maiores gestores de investimentos do mundo, tendo tradição na administração de fundos de pensão. Ela também contestou números apresentados por Caiado em relação a investimentos no Banco Cruzeiro do Sul, ressaltando que a operação deu lucro — e não prejuízo.

Em relação à dívida argentina, a funcionária alegou que R\$ 250 milhões já foram resgatados através do BNY Mellon, após terem sido securitizados (isto é, convertidos em papéis negociáveis no mercado financeiro) pelo Bradesco. Quanto à Universidade Gama Filho, ela sustentou que a instituição não era descredenciada do MEC e que honrou todos os compromissos com o fundo de pensão até o momento do descredenciamento.

Correios e fundo de pensão tentam recuperar prejuízos

Representantes do governo reconheceram problemas na gestão do Postalís. Afonso Oliveira, dos Correios, disse que o relatório da Previc sobre o fundo “é um manual do que não se deve fazer com recursos, públicos ou privados”. Para ele, a vigilância sobre entidades que lidam com grande volume de recursos deve ser constante. Oliveira garantiu que a atual direção está empenhada em recuperar os recursos desviados.

— Temos que perseguir quem provocou a situação. O relatório da Previc mostra claramente os CPFs e os CNPJs.

Maria Auxiliadora também reconheceu que o rombo é “indefensável”.

— Somos solidários aos cerca de 140 mil trabalhadores do sistema. Estamos tentando recuperar os investimentos.

José Rodrigues Santos, da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, afirmou que o desconto nos

vencimentos revoltou os funcionários.

— O governo é o único responsável pelos desvios, não os trabalhadores. Lembro que desde 1981 a indicação de diretores para o Postalís é política.

Já Luiz Alberto Menezes, da Associação dos Profissionais dos Correios, pediu que os partidos indiquem o mais rapidamente possível os membros para a CPI dos Fundos de Pensão, que poderá aprofundar as investigações.

Subcomissão quer que órgãos informem sobre obras inacabadas

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas aprovou ontem requerimentos para pedir do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União (CGU) todas as informações sobre os empreendimentos financiados com dinheiro da União que estão paralisados. Os pedidos foram apresentados pelo presidente da subcomissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

A ideia é que as três repartições esclareçam em que estado está a obra inacabada, quando o empreendimento foi iniciado e paralisado, qual o tipo da obra, o motivo da paralisação, bem como quanto já foi gasto. A subcomissão quer também dados de obras que ainda não foram iniciadas, apesar de dinheiro público ter sido liberado para elas.

Ataídes aposta que esses esclarecimentos são essenciais para guiar os trabalhos da subcomissão. O senador lembrou que apresentou há quase quatro anos um projeto (PLS 538/2011) para criar uma carteira de obras inacabadas, mas a proposta não foi votada ainda.

— Eu vejo que é um dever do Congresso Nacional, além de uma atribuição nossa, fiscalizar a coisa pública. Eu aposto que mais de trilhões de reais estão desperdiçados em obras sem fim. Há também as que foram empenhadas e ainda não tiveram início. Teremos um trabalho árduo, mas nossa tarefa será bonita em prol do Brasil e do seu povo — afirmou.

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas é ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Aprovado registro de nome para bebês natimortos

Os pais de bebê que nasce morto poderão incluir o nome que dariam à criança no registro civil obrigatório, o qual indica também a condição de natimortos (feto que morre dentro do útero ou durante o parto). A medida consta de Projeto de Lei da Câmara 88/2013, aprovado ontem no

Plenário do Senado.

A Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) determina a obrigação do registro de criança nascida morta somente com os elementos que couberem e referência ao óbito. A proposta aprovada pelo Senado, e agora enviada à sanção presidencial, concede

aos pais o direito de incluir nome e sobrenome do bebê nesse documento.

De iniciativa do ex-deputado Ângelo Agnolin, o texto tenta trazer conforto às famílias e conservar a memória do natimorto. A medida já é reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Novo acordo de cooperação entre Brasil e Bulgária

O Senado aprovou ontem acordo de cooperação econômica entre o Brasil e a Bulgária, firmado em outubro de 2011. O documento cria uma comissão intergovernamental dos dois países com o objetivo de contribuir para dinamizar o comércio e os investimentos bilaterais.

O texto (PDS 36/2015) já havia sido aprovado pela Câmara e segue para a promulgação.

Dados apresentados por Gleisi Hoffmann (PT-PR), em relatório aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), mostram que o intercâmbio comercial entre os dois países é ainda tímido. O Brasil ocupa a 78ª posição como destino das exportações da Bulgária e a 42ª como origem das importações por aquele país. Na pauta de exportação brasileira, predominam produtos como minérios, tabaco e açúcar. Entre os produtos importados da Bulgária, estão máquinas, alimentos e instrumentos de precisão.

Entre as áreas de cooperação citadas no acordo, estão indústria; agricultura; coo-

peração econômica militar; setor energético; pesquisa e desenvolvimento; telecomunicações, computação e informática; transporte e logística; proteção do meio ambiente; turismo; educação; saúde; e ciência e tecnologia. O texto, porém, não exclui outros possíveis campos de cooperação.

O prazo de vigência do acordo é indeterminado. O último artigo do documento prevê a extinção do pacto anteriormente travado entre os dois países, assinado em 1993.

Debatedores pedem medidas para conter violência contra negros

Desmilitarização das polícias e o fim do chamado auto de resistência foram sugeridos em audiência da CPI do Assassinato de Jovens

RIO DE JANEIRO, 16 de julho de 1990: 11 jovens, na maioria negros e moradores da favela de Acari, foram sequestrados por um grupo formado por policiais. Os corpos até hoje não foram encontrados. Salvador, 6 de fevereiro de 2015: 12 homens e adolescentes negros são mortos no bairro do Cabula, na periferia. Nove integrantes da Polícia Militar da Bahia são denunciados pelo Ministério Público. Os dois casos, separados por 25 anos, foram citados por debatedores que participaram de audiência pública no Senado para evidenciar que o país ainda não encontrou uma solução para o problema da violência contra a juventude negra.

No debate realizado pela CPI do Assassinato de Jovens na segunda-feira, os participantes criticaram, entre outros aspectos, o uso do auto de resistência por policiais para encobrir assassinatos e se opuseram à redução da maioridade penal.

São os jovens pobres, especialmente negros, as principais vítimas de homicídios no país. De acordo com dados do *Mapa da Violência 2014*, divulgado no ano passado, das 56.337 pessoas vítimas de homicídio em 2012, 30.072 eram jovens de 15 a 29 anos. Desse total, 23.160 (77%) eram negros (considerada a soma de pretos e pardos).

Para Nazaré Cruz, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), a morte de negros é banalizada:

— Quando a mídia, que também pratica o racismo, fala desses jovens,

criminaliza esse próprio jovem pela sua morte. Quase nunca aparece seu nome. É só mais um — disse.

As mortes são em grande parte responsabilidade do próprio Estado segundo os participantes do debate. Eles apontaram as polícias militares como a face mais evidente do racismo.

— A questão é que negros são potencialmente suspeitos na visão racista da PM. Uma invenção jurídica denominada auto de resistência legítima a gritante ilegalidade dos assassinatos dos jovens negros pelos agentes de segurança do Estado — disse Maria Sylvania Aparecida de Oliveira, presidente do Geledés Instituto da Mulher Negra.

Desmilitarização

Atualmente, no caso de resistência à prisão, o Código de Processo Penal autoriza o uso de quaisquer meios necessários para que o policial se defenda ou domine o preso. Também determina que seja feito um auto, assinado por duas testemunhas. É o chamado auto de resistência. O fim desse instrumento recebeu o apoio de outros debatedores.

— O que nós vemos é que a versão contada pelo PM na delegacia vai sendo reproduzida, aprimorada e repetida até o Tribunal do Júri e acaba sendo um inquérito para provar a culpabilidade da vítima e não uma investigação sobre o ato do homicídio — disse Atila Roque, diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil.

Segundo ele, a redução da maioridade penal, proposta que tem sido apon-

tada por alguns setores da sociedade como solução para o arrefecimento da violência, não vai resolver o problema. Roque acredita que a medida vai promover um aumento da truculência policial contra os pobres, negros, jovens, moradores das periferias.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), a redução da maioridade penal faz parte de uma agenda conservadora que vem ganhando força no Congresso:

— Isso vai desde a questão da redução da idade penal até a flexibilização do Estatuto do Desarmamento. E não tenhamos ilusões: nós só conseguiremos barrar essas iniciativas se houver muita mobilização de fora para dentro — avaliou a senadora.

Os debatedores apontaram a desmilitarização das polícias como medida necessária e urgente para diminuir o número de mortes. Defenderam ainda uma reformulação de todo o sistema de segurança, substituindo uma lógica de guerra adotada hoje pelas polícias militares por uma visão mais preocupada com a preservação da vida.

— A polícia, em qualquer lugar do mundo, está qualificada para usar a força física autorizada. A polícia usa a força física. Essa é uma verdade. O que nós precisamos debater é se nós temos possibilidade de criar no Brasil uma polícia responsiva, baseada nos direitos humanos e que não seja racista. Nós estamos tratando aqui de acabar com a Polícia Militar — disse Hamilton Borges Onirê, que encabeça a Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.

Lídice: sociedade é fundamental na CPI do Assassinato de Jovens

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou em pronunciamento ontem a importância da participação da sociedade na CPI que investiga o elevado índice de mortes de jovens, o que pode ser feito pela internet ou pelo 0800 612211. A senadora lembrou que estudo recente da Unesco mostra que, em 2012, o número de jovens negros mortos foi maior do que o dobro do de jovens brancos.

— Uma mãe negra, num bairro popular de uma grande cidade como a minha, Salvador, não tem certeza se seu filho chegará à idade adulta.

Gladson Cameli alerta para aumento da violência no Acre

Preocupado com o aumento da violência no Acre devido às drogas, Gladson Cameli (PP-AC) pediu providências ao governo federal para conter a criminalidade no estado, especialmente o assassinato de jovens.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Ele informou que o estado registra 12 mortes por armas de fogo em cada grupo de 100 mil, mas na capital, Rio Branco, a taxa sobe para 14.

— É fácil constatar a urgente necessidade de equipar nossas fronteiras com pessoal e instrumentos modernos para prevenir e reprimir sem cerimônia o tráfico de drogas.

Zeze Perrella denuncia suposta armação em assembleia da CBF

Zeze Perrella (PDT-MG) denunciou o que chamou de uma “manobra indecente” na Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Uma assembleia está convocada para evitar que o presidente mais velho de federação assuma a presidência em caso de vacância.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Para ele, a intenção é que o catarinense Delfim Peixoto Filho não assuma o comando da entidade.

— Estão mudando a regra com a bola rolando. Parece que Delfim não faz parte da panelinha que quer continuar roubando a CBF — afirmou.



Senadora Lídice da Mata (C) preside reunião da CPI em que os debatedores apontaram os negros como maiores vítimas da violência contra os jovens

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança indicação de embaixador no México

Diplomata Enio Cordeiro passou por sabatina na Comissão de Relações Exteriores, que também aprovou Roberto Abdalla para a embaixada no Catar. Nomes vão ao Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações da Presidência da República para duas embaixadas do Brasil. Enio Cordeiro foi indicado para embaixador no México e Roberto Abdalla, no Catar. Agora os nomes serão submetidos ao Plenário.

Cordeiro falou da expectativa de um acordo de livre comércio entre México e Brasil, cujas negociações devem começar no mês que vem. Para ele, há uma resistência entre empresários mexicanos, motivo que já frustrou a realização de acordos anteriormente.

— Para o Brasil sempre causou estranheza, nos últimos anos, essa curiosa resistência do setor industrial sobretudo do setor agrícola do México, contrário à negociação de um acordo de livre comércio com o Brasil — lamentou.

Temas relativos ao Mercosul e à Aliança do Pacífico, bloco que reúne México, Chile, Colômbia e Peru, foram questionados por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O indicado afirmou que o Brasil e os demais países do Mercosul mantêm um diálogo com a Aliança. O objetivo é a intensificação das relações econômicas entre os dois grupos.

Durante a sabatina, Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu a atenção do diplomata para a entrada de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos via México, enganados pelos chamados coiotes (atravessadores).

Cordeiro disse que há, sim, um aumento desses casos, mas afirmou ser contra a obrigato-



Intensificação das relações comerciais foi um dos principais temas da sabatina feita ontem pela comissão com os diplomatas



riedade de visto entre o Brasil e o México.

Questionado por Gleisi Hoffmann (PT-PR) sobre os índices de pobreza no México, o diplomata ressaltou a área social como um campo importante para a troca de experiências com o país.

O presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), elogiou documento entregue pelo indicado com um plano de trabalho para a embaixada.

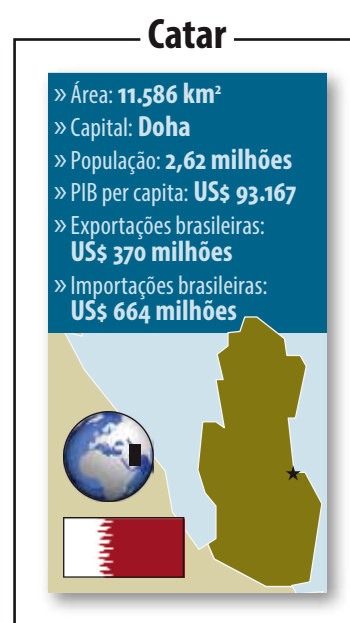
O diplomata é ministro de primeira classe do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entre outras funções foi embaixador em Buenos Aires; coordenador nacional do Mercosul; ministro-conselheiro na missão junto à

ONU, em Nova York; e diretor do Departamento de América do Sul e subsecretário-geral de América do Sul, Central e do Caribe do Itamaraty.

Catar

O indicado para a embaixada no Catar, Roberto Abdalla, disse que a balança comercial entre os dois países ainda é desfavorável ao Brasil, com déficit de cerca de US\$ 295 milhões de dólares ao ano. O Brasil é responsável por apenas 1,3% das importações do Catar — principalmente carne e minerais —, ocupando a 18ª posição no comércio com aquele país.

— É preciso identificar nichos e envidar esforços para aumentar a presença brasi-



Fontes: brasilexport.gov.br e CIA World Factbook

leirna pauta catariana — disse.

Cristovam Buarque afirmou que o Brasil pode se beneficiar da experiência educacional do Catar, que importou várias universidades. Abdalla destacou que o país fez uma opção clara de se tornar um centro mundial de conhecimento, já que o petróleo e o gás têm prazo para acabar.

Hélio José (PSD-DF) citou a necessidade de ampliar o

intercâmbio turístico com o Catar. Ana Amélia (PP-RS) questionou o que tem sido feito pelo Brasil para cooperar com a organização da Copa do Mundo no Catar, em 2022, como havia sido prometido pela presidente Dilma Rousseff.

A senadora lembrou a possibilidade de que haja mudanças nas sedes após denúncias de irregularidades na Fifa.

O diplomata afirmou que ainda é cedo para saber que rumo as investigações vão tomar. Sobre a cooperação para a organização do evento, afirmou que o país do Oriente Médio pode se beneficiar com o conhecimento do Brasil na área de segurança da copa.

Também ministro de primeira classe do MRE, Abdalla foi embaixador no Kuwait e, cumulativamente, no Barein; vice-cônsul e cônsul-adjunto em Nova York; primeiro-secretário na embaixada em Londres; chefe da Divisão do Oriente Médio e diretor do Departamento do Serviço Exterior do Itamaraty.

Outras indicações

Ontem também foram lidos os relatórios de duas outras indicações. Marcelo Crivella leu seu relatório à indicação de Arthur Henrique Villanova Nogueira para embaixador do Brasil na Mauritània. Gleisi Hoffmann apresentou parecer sobre Carlos Antonio da Rocha Paranhos para a embaixada do Brasil na Dinamarca e cumulativamente, na Lituânia. As sabinas serão marcadas.

Randolfe cogita novo depoimento de presidente do HSBC no Brasil

Convencido de que o presidente do HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão, “omitiu e mentiu” ao depor em maio na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga contas de brasileiros na filial suíça da instituição financeira, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anunciou que estuda a possibilidade de nova convocação do executivo para depor na comissão.

O que levou o senador a pensar em novo depoimento de Brandão foi o anúncio do HSBC, feito na segunda-feira, de que encerrará as atividades no Brasil, possibilidade negada pelo executivo no depoimento de maio na CPI. Na ocasião, conforme Randolfe, o presidente do HSBC disse que o banco “faria ajustes”, mas que não estava em discussão o fim das atividades no Brasil.

Mesmo assim, em entrevista ao jornalista Adriano Faria, no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado,

Randolfe considerou fundamental avaliar se um novo depoimento não implicaria um desvio de foco na investigação.

Para Randolfe, além do anúncio do encerramento das atividades no Brasil, outra notícia importante foi o acordo do HSBC com o Ministério Público de Genebra. O banco concordou em pagar às autoridades 40 milhões de francos suíços (US\$ 43 milhões) para chegar a um acordo sobre a investigação.

Randolfe defendeu ações da CPI para obter do Ministério Público suíço o compartilhamento dos termos do acordo.

O que não pode continuar, na avaliação do senador, é a falta de providências diante de fatos novos sobre o assunto. Segundo ele, a CPI precisa “sair da inércia” e avançar nas investigações.

— A CPI está há três semanas sem deliberações — lamentou.

Criação de fundo para avaliar crédito a pequenos empresários vai a votação final

Foi aprovado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) projeto que autoriza a criação de fundo de aval para suprir garantias exigidas pelas instituições financeiras em empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas.

De acordo com o projeto (PLS 336/2013), o fundo, denominado InovaMPes, será exclusivo para avaliar o financiamento de novos produtos, processos e serviços ou o aprimoramento dos já existentes. O texto prevê como beneficiários micros, pequenas e médias empresas com receita operacional bruta anual de até R\$ 90 milhões, empresários individuais e empreendedores individuais, conforme definição da Lei Complementar 123/2006.

O InovaMPes poderá ser alimentado com recursos orçamentários da União, doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; doações de pessoas físicas; e rendimen-

tos de aplicações financeiras.

O autor do projeto, o ex-senador Vital do Rêgo, argumenta que micros, pequenas e médias empresas não têm bens para oferecer em garantia a financiamentos necessários à sua modernização e por isso não conseguem acessar as linhas de crédito disponíveis. Os pequenos empresários contam com dois programas federais de estímulo à inovação, sendo um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), como informa o relator do projeto na CCT, Zeze Perrella (PDT-MG).

Como nenhum dos programas prevê aval, os financiamentos não chegam a muitas empresas com potencial inovador, obstáculo que poderá ser superado com a criação do InovaMPes, afirmam os senadores. O PLS 336/2013 segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Em audiência pública, Janine afirmou que na nova rodada serão priorizados cursos de licenciatura, de engenharia e da área de saúde



O ministro Renato Janine Ribeiro fala em debate em comissão do Senado, entre o secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, e a senadora Fátima Bezerra

Ministro da Educação promete reabrir neste ano inscrição para Fies

O MINISTRO DA Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou ontem que fará neste ano novos contratos no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), porém com modificações nos critérios para a concessão do benefício.

— Revimos os critérios do Fies. Alguns dizem respeito à sustentabilidade econômica. Outros, à prioridade das vagas — disse Janine em audiência pública na Comissão de Educação (CE).

Segundo ele, as vagas serão prioritariamente concedidas para os cursos com nota 4 e 5 nos indicadores de qualidade do MEC. Também serão priorizadas a formação de professores para a educação básica e os cursos de engenharia e da área de saúde. Receberão preferência os estudantes das Regiões Norte e Nordeste. O MEC ainda estuda a quantidade de vagas a serem ofertadas.

Janine reconheceu que o ano de 2015 será difícil. Mesmo com o contingenciamento anunciado de R\$ 9,4 bilhões para a pasta, o ministro afirmou que os cortes terão critério e serão escalonados. Obras muito iniciais, por exemplo, serão adiadas, e as que estão em fase final serão concluídas.

Programas como o Ciência sem Fronteiras, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Acesso ao Emprego (Pronatec) e o Fies sofrerão “reprogramações”. Por outro lado, a merenda e o transporte escolar têm financiamento garantido.

— Tudo o que é estruturante e essencial na educação, como prometeu a presidente Dilma, será preservado. Não será fácil a gestão do MEC neste ano. Teremos que fazer um balanço — afirmou.

Para Janine, o Plano Nacional de Educação (PNE) é a linha mestra da educação do país e todo o trabalho do ministério será voltado para o cumprimento dos compromissos com a educação, apesar de a responsabilidade não ser exclusiva do MEC. Nos

próximos anos, serão priorizados temas como a inclusão digital e a ampliação da oferta de banda larga nas escolas, o que permitiria a diversificação do ensino, com acesso a videoaulas, por exemplo.

A construção de creches, disse, não deixará de receber atenção. A valorização dos professores e o investimento na formação continuada deles, assim como dos que queiram se tornar diretores, também.

— Precisamos garantir a valorização salarial. A defasagem de salário dos professores da educação básica é tão grande que é um dos fatores que dissuadem os jovens de se tornar professores — explicou.

Sinal contraditório

Uma comissão está sendo formada para analisar as carreiras de magistério diferenciadas nos estados e municípios. A ideia é que elas se assemelhem, pois há estados em que o salário inicial é muito baixo e a distância entre o início e o topo da carreira é grande, o que diminui a atratividade.

Simone Tebet (PMDB-MS), uma das proponentes da audiência pública, afirmou que, mesmo com a presidente Dilma Rousseff prometendo uma “pátria educadora”, são emitidos sinais contraditórios

na política educacional, com um corte de quase 20% do orçamento para a pasta.

O Pronatec foi alvo de críticas de Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Segundo ele, dos 8 milhões de alunos matriculados, 60% abandonaram o curso, o que gerou R\$ 8 bilhões de prejuízo.

Lasier Martins (PDT-RS) criticou a mudança das regras do Fies somente após a reeleição de Dilma Rousseff, em especial a elevação da nota mínima que o estudante precisa tirar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Segundo ele, a alteração faz com que só os alunos ricos sejam beneficiados. O ministro rebateu a informação e disse que 92% dos beneficiados pelo Fies são provenientes de famílias com renda de até três salários mínimos.

A necessidade de investir na atratividade da carreira de magistério, melhorando salários e condições de trabalho, também foi lembrada por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Fátima Bezerra (PT-RN). A senadora sugeriu que a União ajude estados e municípios com a complementação para garantir o pagamento do piso nacional dos professores.

— Ou a União amplia a participação financeira junto a estados e municípios, quase

com uma federalização do piso, ou a maioria não terá condições de honrar a meta 17 do PNE [equiparar o rendimento médio dos professores com os demais profissionais de escolaridade equivalente] — afirmou.

Regina Sousa (PT-PI) pediu que se dê mais atenção para a educação de base, com o ensino de raciocínio lógico, leitura e escrita para as crianças, para que não se produzam mais adultos praticamente analfabetos.

Wilder Moraes (DEM-GO) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmaram que o governo usou a educação como ferramenta de marketing para ganhar as eleições e agora perdeu a credibilidade. Caiado lembrou que a previsão orçamentária do Fies para 2015 é menor do que a quantia gasta em 2014: — A pátria educadora foi mais marketing do que plano de governo.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Lídice da Mata (PSB-BA) criticaram o corte orçamentário de R\$ 9,4 bilhões no MEC:

— É o ministério mais importante, por isso não compreendo cortar um tostão da educação. Tirar qualquer centavo significa comprometer o alcance dos objetivos do PNE — afirmou Lídice.

Senadores criticam “atitude antissemita” de universidade

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propôs à CE a votação de moção de repúdio à “atitude antissemita” da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Rio Grande do Sul. O pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da instituição, José Fernando Schlosser, fez circular memorando em que solicitava ao corpo docente o envio “urgente” de informações sobre a presença de professores e alunos de origem israelense.

O objetivo da UFSM era

atender solicitação da Seção Sindical dos Docentes, da Associação de Servidores e do Diretório Central dos Estudantes da instituição e do Comitê Santa-Mariense de Solidariedade ao Povo Palestino, o que foi considerado inconstitucional pelo senador. A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou Renato Janine Ribeiro e o MEC por divulgarem nota oficial se opondo à atitude do reitor.

— Houve um erro da UFSM. A universidade tem autonomia e agiu da maneira

que considerou correta, mas o MEC não concorda. O ministério disse isso com clareza e manifestou repúdio a toda e qualquer forma de discriminação — disse Janine.

A senadora Fátima Bezerra se solidarizou com os representantes do corpo técnico das universidades e escolas técnicas federais que estão em greve e estiveram na reunião. Ela afirmou que a audiência interativa recebeu mais de 100 perguntas de internautas, que foram repassadas ao ministro.

Projeto de Marta busca compensar hospitais públicos

Marta Suplicy (sem partido-SP) apresentou projeto que permite que União, estados e municípios

fiquem com 50% dos valores relativos a serviços prestados por hospitais públicos a pacientes cobertos por planos de saúde. Pela regra atual, o total deve ir para o SUS.

A senadora explicou que o Ministério da Saúde deveria receber o dinheiro dos planos, mas a dívida não é cobrada e não há fiscalização. O projeto propõe que o estado ou o município — se o hospital for municipal ou estadual — cobre o atendimento e fique com o recurso.

Blairo: excesso de burocracia fomenta a corrupção

O Brasil está perdendo a guerra dos papéis por não modernizar a administração pública e dar mais clareza e transparência ao setor, com foco em resultados e não em processos, avaliou Blairo Maggi (PR-MT). Para ele, isso afasta investidores e prejudica a população, com tantas regras editadas diariamente em todos os setores, muitas contraditórias entre si e com exigências não justificadas.

— Infelizmente tornou-se comum criar dificuldades para vender facilidades, o que implica em disseminação da corrupção — alertou.

Ana Amélia cobra regulamentação para free shops

Ana Amélia (PP-RS) criticou a falta de coordenação do governo, que reduziu de US\$ 300 para US\$ 150 a cota de compras em free shops nas fronteiras secas, mas não regulamentou a lei que permite a instalação dessas lojas do lado brasileiro.

Para a senadora, a redução seria uma boa medida, que estimularia a compra no lado brasileiro. Porém, com a falta de regulamentação, os prejudicados são os brasileiros, que não têm free shop no país e são surpreendidos com a redução de cota nas compras feitas nos países vizinhos.